Corrupção, Estado e Segurança Internacional

Rita de Cássia Biason
Universidade Estadual Paulista – UNESP / Campus Franca

Desde a década de 90, vários países da América Latina vêm implantando programas internos e externos para o controle das práticas corruptas que minam a administração pública e as eleições e, sob certo aspecto, comprometem a estrutura democrática. Internamente, foram criadas leis para o controle de gastos e programas de transparência que tentavam coibir as práticas ilícitas. No âmbito internacional, a assinatura das convenções anti-corrupção foi um dado importante no reforço ao compromisso entre os países. Passada a euforia dessa primeira etapa, muitos governos têm compreendido que parte dos problemas relativos às práticas ilícitas não estão ligados diretamente à dimensão interna, mas a uma esfera que foge ao controle do Estado. O objetivo dessa apresentação é analisar em que medida a corrupção pode ser entendida como um dado de segurança internacional e qual o tratamento que se tem dado ao controle de tais práticas nesse contexto. Nossa premissa é que a corrupção no século XXI alçou ao plano internacional e não reconhece as fronteiras. As manifestações de práticas corruptas têm contestado a noção de limites territoriais e revelado a porosidade e flexibilidade das fronteiras. A flexibilização e porosidade dos territórios adquirem novos significados que estão inseridos no contexto das recentes modificações no cenário interno e internacional. As concepções tradicionais de território, vinculados a noção de Estado Nacional e de suas dimensões de poder, se modificam. Portanto pensar a corrupção significa refletir sobre essas fragilidades territoriais e a própria reorganização do Estado e do poder. Nesse sentido o controle da corrupção poderá ser obtido por meio do fortalecimento das redes de cooperação entre os países e através da troca de experiências bem sucedidas. Entende-se que o combate à corrupção, dado seu caráter transnacional, não poderá ser controlado pelos tradicionais mecanismos internos, mas sim como um dado de segurança internacional.

Seção Temática: Políticas de Defesa e Segurança Internacional